



Nota à imprensa

24 julho 2017

www.occ.pt

## 276 municípios reduziram as suas dívidas

Uma das conclusões do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2016, editado pela Ordem dos Contabilistas Certificados

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2016, hoje divulgado na página da internet da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), apresenta uma análise económica e financeira das contas dos municípios relativas ao exercício económico do ano transato. O estudo analisa as contas da totalidade das autarquias (308), de 174 empresas municipais (de um total de 176), e da totalidade dos serviços municipalizados (25).

O Anuário, que completa a sua 13ª edição, tem desde o primeiro número o apoio da OCC, para além de uma estreita colaboração com o Tribunal de Contas, o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e a Universidade do Minho. A investigação, coordenada por João Carvalho, presidente do colégio de especialidade de contabilidade pública da OCC, conta ainda com a colaboração dos académicos, Maria José Fernandes, Pedro Camões e Susana Jorge.

**Segundo o coordenador, João Carvalho, as principais conclusões do estudo são as seguintes:**

- O valor da coleta de impostos diretos cobrados em 2016, no total de 2.644 milhões de Euros foi superior em relação ao ano de 2015 em 122 milhões de euros, resultante do aumento de alguns impostos diretos, nomeadamente do IMT (+72 milhões de euros) e da Derrama (+ 67 milhões de euros), embora o IMI tenha reduzido 45 milhões de euros (de 1.533 milhões de euros em 2015 re-



ceberam 1.488 milhões de euros em 2016). De referir que 223 municípios reduziram o valor da taxa a aplicar à cobrança do IMI, tendo sido este o principal fator da redução da cobrança deste Imposto.

- No período de 11 anos os compromissos assumidos em 2016 e que ficaram por pagar baixaram 57,4%. Em 2006 o montante apresentado era de 2,3 mil milhões de euros e em 2016 foi de apenas 992,4 milhões de euros. Embora o valor apresentado seja, ainda, relativamente elevado face à frágil capacidade financeira da maior parte dos municípios, a constatação de uma forte diminuição de encargos a pagar, não só traz um maior rigor de registo contabilístico dos contratos e de outros compromissos assumidos



como, uma gestão mais cuidadosa de assunção de encargos procurando garantir a sua cobertura financeira e um maior enquadramento da despesa pública quanto à sua eficácia e eficiência.

- O ano de 2016 é o primeiro ano desde 2006 em que as receitas totais liquidadas (8.503 milhões de euros) foram superiores ao valor total dos encargos assumidos (8.459 milhões de euros).
- Em 2016 o passivo exigível dos municípios é o menor dos últimos 11 anos, embora ainda seja de 5,1 mil milhões de euros. Esta descida das dívidas a pagar verificou-se quer na dívida a pagar a médio e longo prazo que foi de -430,3 milhões de euros (-10.4%), totalizando 3.699,2 M€, sendo 2.468,3 M€, referentes a dívidas a instituições de crédito (em 2015 era de 2.775,7 M€) e 583,1 M€ referentes a dívidas ao Estado dos programas de apoio PREDE, PPTH, PAEL e ATU (em 2015 era de 650,8 M€), quer na dívida a pagar a curto prazo (dívida a pagar em 2017), passando de 1.464,8 M€, em 2015 para 1.233,2M€, em 2016.
- Em 2016, 276 municípios conseguiram reduzir as suas dívidas.
- O rácio “dívida total das autarquias” / “média da receita corrente liquidada nos últimos três exercícios”, é de 52% sendo um bom indicador da melhoria da situação global de endividamento das autarquias, não só porque diminuiu em relação ao ano anterior como também porque está muito abaixo do limite permitido pela LFL de 150%.
- Aumento do número de municípios com prazo médio de pagamentos inferior a 90 dias (de 240 municípios em 2015 passou para 257 municípios em 2016), o que muito contribuíram os programas de apoio PREDE/PPTH e PAEL destinados a pagamento de dívidas de curto prazo.
- As transferências do Orçamento de Estado (OE) para os municípios, na sua globalidade tiveram em 2016 um crescimento de 2,4%, enquanto que as transferências provenientes dos Fundos Comunitários tiveram a menor receita desde 2006, totalizando apenas 196 milhões de euros, contra 355 milhões de euros em 2015.

**Apesar de uma notável melhoria da situação financeira dos municípios, há ainda alguns aspetos a melhorar, tais como:**

- Em 2016 seis municípios ainda apresentaram uma execução da receita cobrada inferior a 50% do valor previsto em orçamento.
- Em 2016 o aumento verificado de 219,6 milhões de euros no total da receita cobrada resultou essencialmente do incremento do recurso a empréstimos (Passivos Financeiros) em +124,6 milhões de euros, em relação a 2015.
- Apesar do decréscimo em 2016 em relação a 2015, ainda é significativo o valor de dívidas por cobrar, totalizando 756,5 M€.
- Apesar da descida da dívida a pagar, ainda é significativo o valor dessa dívida totalizando 6.223,7 milhões de euros incluindo a dívida dos municípios (5.124,2 M€) das empresas municipais (1.018,2M€) e dos serviços municipalizados (81,3 M€)
- Em 2016, 32 municípios aumentaram as suas dívidas a pagar.
- Ainda existem cerca de 30 municípios que têm uma dívida total em mais de 150% sobre o valor correspondente à média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores ultrapassando o rácio permitido por Lei (150%). E destes, 7 têm esse rácio superior a 3 vezes a média das receitas correntes dos três exercícios anteriores.
- Ainda existem 26 municípios com prazo médio de pagamentos superior a 180 dias e destes 10 com PMP superior a 360 dias.
- O investimento municipal, na sua globalidade tem vindo a decrescer sucessivamente desde 2010, sendo que em 2016 a descida do investimento direto dos municípios (aquisição de bens de capital), em relação a 2006, foi de -2,2mil milhões de euros, e em relação a 2015 foi de -44,7 milhões de euros.